

Machado de Assis e a crônica: “O punhal de Martinha” – o debate dialógico da memória

Edson Nascimento Campos*
Herbert de Oliveira Timóteo**
Mariano Alves Diniz Filho***

Resumo

A publicação propõe-se a refletir sobre a orientação social da memória como espaço de debate dialógico entre os fatos que se constituem, na contraposição e no confronto, como material de lembrança ou de esquecimento. Do ponto de vista das forças centrípetas há, axiologicamente, fatos que devem ser lembrados, mas há fatos que devem ser esquecidos como restos. Contraditoriamente, as forças centrífugas, ao tomarem, desse modo, o esquecimento, apropriam-se, axiologicamente, de tal material semiótico, rearticulando a sua lembrança como festa de ressurreição de seu sentido social. Em face desse quadro de divisão ideológica, assumindo uma certa exterioridade e uma certa excedência em relação à crônica, “O Punhal de Martinha”, do autor-criador de Machado de Assis, o texto desta publicação analisa as refrações que esse autor propõe ao tomar a defesa axiológica do esquecimento como lugar social de ação das forças centrífugas. Nisso o punhal, como signo, ou resposta social que ocorre na contraposição e no confronto das vozes sociais, passa a ser considerado como metonímia das respostas da valoração/avaliação social que as forças centrípetas e centrífugas atribuem à posição ideologizada para a mulher nas relações que axiologicamente situam o homem como figura dominante. Nas refrações do autor-criador, torna-se importante a lembrança do que seria esquecido, ou seja, a posição social de independência e assertividade da mulher. Por isso é impossível esquecer Martinha como desejam as forças centrífugas, ainda que se possa lembrar de Lucrecia como pretendem as forças centrípetas ao privilegiarem, para a mulher, a posição social de dependência e não-assertividade.

Palavras-chave: Autor-criador. Forças centrípetas. Forças centrífugas. Lembrança. Esquecimento.

* Doutor em Educação pela Universidade de São Paulo. Professor aposentado da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Professor de Ensino Superior da Faculdade de Saúde e Ecologia Humana (FASEH) – Vespasiano – MG. ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-0188-5782>.

** Mestre em Educação pela Universidade do Estado de Minas Gerais. Professor da Educação Básica – Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte – MG. ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-3232-7556>.

*** Mestre em Educação pela Universidade do Estado de Minas Gerais. Professor da Educação Básica – Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte – MG. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5046-1575>.

Machado de Assis and the chronicle: “Martinha’s Dagger” - the dialogical debate of memory

Edson Nascimento Campos
Herbert de Oliveira Timóteo
Mariano Alves Diniz Filho

Abstract

This paper contemplates the social orientation of memory as a space of dialogical debates over the facts that constitutes themselves, by contraposition and confrontation, as recollections or memories forgotten. From the centripetal forces perspective, there are the facts that ought to be remembered but also those that must be forgotten and left as residues. Paradoxically, when the centrifugal forces approach forgetfulness in such manner they appropriate this semiotic matter reconnecting the recollection as a festival of resurrection of its social sense. Considering this ideological division scenery and acknowledging a certain exceedance and exteriority on our approach of Machado de Assis’ story, “O Punhal de Martinha” (*Martinha’s Dagger*), this text analyzes the refractions suggested by the author-creator whilst he axiologically claims forgetfulness as the social place of action of the centrifugal forces. “The dagger” as a sign or a social response derived from the contraposition or confrontation of the social voices starts to be considered as a metonymy of the responses of social rating/evaluation that the centripetal and the centrifugal forces attach to the ideologized position of women in social interactions as they place men as the dominant beings. In the author-creator’s refractions it is highlighted the recollection of what was supposed to be forgotten, therefore, women’s social independence and assertiveness. Hence, it is impossible to forget Martinha as it was aimed by centrifugal forces though it is possible to remember Lucrecia as it was intended by the centripetal forces when they favour subordination and non-assertiveness while regarding women’s social position.

Keywords: Author-creator. Centripetal forces. Centrifugal forces. Recollection. Forgetfulness.

CARNAVAL DE ARLEQUIM (Miró)

Descobri que a vida é bailarina

e que nenhum ponto inerte

anula o viravoltar das coisas (ANDRADE, 1996, p. 35).

O caminho da verdade exige um esquecimento: é preciso esquecer-se do aprendido, a fim de se poder lembrar daquilo que o conhecimento enterrou (ALVES, 2015, p. 137).

Introdução

O texto desta publicação, experiência de refração ideológica, objetiva refletir sobre a crônica “O Punhal de Martinha”¹, do autor-criador de Machado de Assis, ocupando a reflexão com o debate ideológico, proposto, axiologicamente, por esse autor, ao penetrar, de forma dialógica, nos conteúdos sociais da memória concebida pela narrativa literária: o de lembrar o que deve e o que não deve ser esquecido.

Aqui reside o pressuposto de que a sociedade capitalista produz econômica e culturalmente os fatos sociais. Desse modo, há fatos, como as cicatrizes, que se destinam à lembrança e há outros, como os restos, que se destinam ao esquecimento pela ação das forças centrípetas. Por outro lado, as forças centrífugas resistem ao esquecimento, trazendo à tona da lembrança o que deve ser lembrado e o que não deve ser esquecido. Por isso, o símbolo como fato social que participa da condição de signo, ao integrar a contraposição e o confronto, atua como construção semiótica que reflete e refrata as orientações valorativas da realidade social. Nesses termos, o punhal de Lucrecia e o punhal de Martinha, como rastros, são índices sociais metonímicos do valor social da mulher na relação com o valor social do homem segundo a orientação social do que deve ser lembrado e esquecido, nos termos da refração das forças centrípetas. Mas, na perspectiva da refração do autor-criador de Machado de Assis, o punhal de Martinha, de acordo com a refração das forças centrífugas, não deve ser esquecido. Isso

¹ O punhal de Martinha, do periódico A Semana, publicada no dia 5 de agosto de 1894, na Gazeta de Notícias, do Rio de Janeiro, e publicada, ainda, na Obra Completa de Machado de Assis, pela Editora José Aguilar, no Rio de Janeiro, em 1973, às páginas 615 e 616 de seu Volume III.

institui, então, o conflito das refrações ideológicas que envolvem o punhal o que justifica o debate dialógico da memória sobre a condição social da mulher, presente na crônica, “O Punhal de Martinha”.

Sociedade e memória: esquecimento

Historicamente, a modernidade capitalista, em sua essência lucrocêntrica, gerou uma experiência que, para Walter Benjamin, nas palavras de Witte e Rouanet (1992), está sob o signo de um novo moderno, cujo nascimento se processa para garantir a reprodução do sistema, por meio da multiplicação do consumo: a criação desse novo, o nascimento das coisas, atende às demandas de compra e venda e, portanto, esse novo nasce com a sua substituição planejada.

Nesse âmbito descrito, a modernidade capitalista é o espaço dialético do convívio do novo com o velho e, tal novo, tal novidade, não passa por um envelhecimento por processos naturais, mas por um envelhecimento planejado e, conseqüentemente, artificial, pois o que determina o movimento do nascer e envelhecer é a dinâmica do sistema, é a dinâmica do processo de industrialização: “As coisas não têm mais tempo suficiente para envelhecer, mas são produzidas de tal modo que são velhas desde o início e devem ser substituídas por coisas novas” (WITTE; ROUANET, 1992, p. 107).

Witte nos diz também que essa mesma dinâmica, em que as coisas nascem com a sua caducidade planejada, alcança o campo da cultura. O autor afirma que “as obras caem fora do seu contexto funcional no momento de sua produção, elas ganham condições de admitir significação enquanto signos” (WITTE; ROUANET, 1992, p. 108), ou seja, o arcabouço, o delineamento da modernidade capitalista, traz em si um caráter funcional, utilitarista, um caráter de praticidade que se assenhora do material e do imaterial, constituindo o modelo burguês de sociedade.

A produção da mente ou do espírito, a produção cultural, poderia ser dito, tem como meta a efetividade e, com isso, a durabilidade. Mas efetividade e durabilidade são impossibilitadas pelo princípio da modernidade. Pois o que acaba de ser criado é imediatamente algo envelhecido e é vítima do desprezo e do esquecimento (WITTE; ROUANET, 1992, p. 105).

Rouanet, também se sustentando nos diálogos com Benjamin, nos diz que “Por um lado, o mundo moderno está sob o signo do novo. É o novo

a serviço do volume de vendas, o novo da mercadoria, da moda, cuja única função é multiplicar o consumo” (WITTE; ROUANET, 1992, p. 111). O capitalismo imergiu o homem de forma tão contundente que, para enfrentar a modernidade o que nos resta é viver o consumo do novo, o consumo que se apresenta como nosso caminho, como nosso destino.

Em exercício de pensar as constantes e rápidas mudanças na modernidade e em entender porque o novo de ontem se transforma tão depressa no antiquado de hoje, Rouanet busca em Benjamin uma possível resposta:

Benjamin responderia à primeira pergunta dizendo que é da essência da modernidade capitalista a eterna produção do novo e portanto a geração incessante do velho. O “novo” é um afrodisíaco para estimular as vendas, e cada vez que esse elixir é aplicado o novo de ontem envelhece, transformando-se em sucata temporal. Ao mesmo tempo, nesse mundo em que tudo se altera, tudo permanece idêntico, porque não muda a lógica do sistema: o novo está a serviço do mesmo (WITTE; ROUANET, 1992, p. 116).

Em síntese, a experiência vivida assume uma trajetória mercadológica e as suas narrativas ganham características estáveis e as possíveis reconstruções dessa narrativa se apresentam como desnecessárias diante de um mundo dado.

Nesse sentido, o conceito de modernidade capitalista passa pelo entendimento de seus paradoxos: entender a modernidade, portanto, é concebê-la constituída da criação e da morte simultâneas de elementos econômicos e culturais. Em tal modernidade, a vida, e seu vigor, subsistem da necessidade de que tudo seja novo constantemente e, para a efetivação desse novo, os movimentos do homem e os fenômenos da vida social caminham na direção do envelhecimento ou da caducidade pré-programada. Em outras palavras, na experiência do mundo moderno, há um caminho preenchido por uma certa espontaneidade do nascer, mas também uma certa artificialidade, pois o nascer surge com a sua morte programada: o envelhecimento é a matriz da continuidade do nascimento porque, em sua essência, as forças do mercado determinam a sua temporalidade. A sociedade capitalista gera a lembrança do novo, mas gera o envelhecimento, a morte e o esquecimento.

Esquecimento: restos

As sociedades, pela ação das forças centrípetas, constituição social que exerce a dominação pelo exercício monologizante das construções semióticas, produzem o esquecimento. Mas essa face da memória, provisoriamente fechada, torna-se aberta pela ação das forças centrífugas que fazem os restos – construções semióticas destinadas ao esquecimento, abandono, morte, ainda que, paradoxalmente, plenos de vida – serem lembrados. É essa a função social do poeta, do arqueólogo, do detetive, do cronista, do historiador: lembrar à sociedade aquilo que ela quer esquecer (GAGNEBIN, 2009). É o que faz o poeta, Carlos Drummond de Andrade, ao lidar com um material que, por exemplo, aparece como cacos, descritos arqueologicamente no poema, “Coleção de Cacos”.

O caco vem da terra como fruto,
a me aguardar, segredo
que morta cozinheira ali depôs
para que um dia eu o desvendasse.
Lavar, lavar com mãos impacientes
um ouro desprezado
por todos da família. Bichos pequeninos
fogem de revolvido lar subterrâneo
(ANDRADE, 1988, p. 533-534).

Já no poema, “O fim das coisas”, o abandono do Cinema Odeon é refutado por Drummond que toma os seus restos para recriar a história do velho cinema à beira da destruição. Na resistência, o poeta recria a história do cinema e o material a ser esquecido vem à tona da lembrança.

Não amadureci ainda bastante
para aceitar a morte das coisas
que minhas coisas são, sendo de outrem,
e até aplaudi-la, quando for o caso.
(Amadurecerei um dia?)
Não aceito, por enquanto, o Cinema Glória,

maior, mais americano, mais isso-e-aquilo.
Quero é o derrotado Cinema Odeon,
o miúdo, fora-de-moda Cinema Odeon.
A espera na sala de espera. A matinê
com Buck Jones, tombos, tiros, tramas.
A primeira sessão e a segunda sessão da noite.
A divina orquestra, mesmo não divina,
costumeira. O jornal da Fox. William S. Hart.
As meninas-de-família na plateia.
A impossível (sonhada) bolinação,
pobre sátiro em potencial.
Exijo em nome da lei ou fora da lei
que se reabram as portas e volte o passado
musical, waldemarpisilândico, sublime agora
que para sempre submerge em funeral de sombras
neste primeiro lutulento de janeiro
de 1928

(ANDRADE, 1988, p. 701-702).

Por outro lado, Elizabeth Gontijo, ao tratar da “Beleza dos Restos”, faz aparecer, detetivescamente, os restos como material que, provisoriamente, se situa à beira da destruição, ou seja, material que precisa, pelo apagamento dos rastros ser recolhido como resto (GAGNEBIN, 2012):

Restos

O sono de um homem
deixa vestígios
na mansidão do travesseiro.

Cinzas sobre a fronha
denunciam
aquilo que ele não pôde sonhar
(GONTIJO, 2011, p. 19).

Lembranças: cicatrizes

As cicatrizes constituem aquelas construções semióticas que, na ação das forças centrípetas, são instituídas, ou articuladas, socialmente, para serem a linha de sentido do que deve durar ou perdurar. Com isso, o que se pretende é garantir, monologicamente, a manutenção da ordem a salvo da força produtiva do esquecimento, operado socialmente pelas forças centrífugas. A despeito desse caráter estabilizador das cicatrizes, a força monologizante de suas verdades coaguladas, não a faz completa, ou acabada. Provisoriamente, como tal, a abertura para o confronto dialógico com o esquecimento torna a lembrança, semioticamente, uma construção de memória que alcança, dialogicamente, um estado de tensão mnêmica.

Nesses termos, é possível dizer que todo texto-enunciado é um campo de forças em movimento dialógico. Bakhtin nos diz que:

Cada enunciação concreta do sujeito do discurso social constitui o ponto de aplicação seja das forças centrípetas, como das centrífugas. Os processos de centralização e descentralização, de unificação e desunificação cruzam-se nesta enunciação, e ela basta não apenas à língua, como sua encarnação discursiva individualizada, mas também ao plurilinguismo, tornando-se seu participante ativo. Esta participação ativa de cada enunciação define para o plurilinguismo vivo o seu aspecto linguístico e o estilo da enunciação, não em menor grau do que sua pertença ao sistema normativo-centralizante da língua única. Cada enunciação que participa de uma 'língua única' (das forças centrípetas e das tendências) pertence também, ao mesmo tempo, ao plurilinguismo social e histórico (às forças centrífugas e estratificadoras).

Trata-se da língua do dia, da época, de um grupo social, de um gênero, etc. É possível dar uma análise concreta e detalhada de qualquer enunciação, entendendo-a como unidade contraditória e tensa de duas tendências opostas da vida verbal.

O verdadeiro meio da enunciação, onde ela vive e se forma, é um plurilinguismo dialogizado, anônimo e social como linguagem, mas concreto, saturado de conteúdo e acentuado como enunciação individual (BAKHTIN, 1990, p. 82).

Rastro: símbolo e signo

Dado o caráter fragmentário dos restos, é necessário que se tomem os rastros como uma construção semiótica metonímica. Se o que se tem são as pegadas do esquecimento, é preciso que o investigador dos restos se arme, detetivescamente, de uma aparelhagem teórico-metodológica que viabilize o acesso ao caráter precário da lembrança que habita o esquecimento: os restos. Para tanto, é útil, metodologicamente, a constituição da aparelhagem teórica do conceito de signo:

O pensamento de Augusto Ponzio (PONZIO, 2008, p. 9) reconhece o caráter polissêmico do conceito de símbolo ao apontar a potencialidade semiótica de tal conceito, dividindo tal polissemia em dois grandes eixos de compreensão: um que reconhece símbolo como sinônimo de signo e outro que reconhece símbolo como um particular tipo de signo. De modo específico, o símbolo em Bakhtin, é um particular tipo de signo. Ou seja, o signo, como símbolo, remete a uma correlação entre o contexto próximo e o contexto distante, a uma “correlação dialética entre identidade e não identidade” (PONZIO, 2008, p. 11). O sentido, assim, se forma no encontro contínuo e permanente da identidade com a alteridade: não há um sentido primeiro, nem um último, pois ele se constitui no entrecruzamento semiótico, nessa relação dialética, bakhtinianamente tratada como dialógica, sem a direção para a síntese com o que aconteceria o fechamento do sentido.

Vale lembrar o que nos diz Mikhail Bakhtin (BAKHTIN, 2010, p. 398) ao pensar, dialogicamente, a constituição do símbolo como signo: “Momento de contraposição do meu ao outro. O calor do amor e o frio da alienação. Contraposição e confronto.” Nessa comparação, em que se contrapõe o contexto da identidade ao contexto da alteridade, o símbolo ganha o estatuto de realização semiótica polissêmica, ou seja, o signo de um contexto ao ser comparado com o signo de outro contexto, pela força da diferença que reside no contraste, ou contraposição, da identidade com a alteridade, constitui, desse modo, o confronto que faz a especificidade da realização dialógica da linguagem na qualidade de construção semiótica (CAMPOS, TIMÓTEO, DINIZ FILHO, 2020, p. 57-58).

O punhal: rastro, símbolo e signo

Assumindo certa exterioridade e certa excedência (BAKHTIN, 2010) em relação à enunciação de Machado de Assis, na crônica, “O Punhal de Martinha”, o que podemos ver, aqui, com esta nova enunciação é que o autor-criador de Machado de Assis poderá ser investigado pela ação dos rastros do signo, punhal. Veja-se a narrativa no Anexo I.

Se admitimos que o signo no Círculo de Bakhtin é um espaço semiótico de contraposição e confronto (uma arena), o que se pode dizer é que o signo reflete e refrata os objetos da realidade exterior objetiva (FARACO, 2009), isto é, o signo diz o mesmo, mas não diz do mesmo jeito: diz de modo dialógicamente diferente. Dessa maneira, ainda que o punhal de Lucrecia e o punhal de Martinha façam referência a um objeto refletido pelo signo, tal referência é refratada. Nessa refração, a contraposição e o confronto do uso do objeto punhal indicam índices de valor axiologicamente contraditórios. Em Lucrecia, o punhal é axiologicamente orientado para a produção do suicídio; em Martinha, é axiologicamente orientado para a produção do homicídio. Tais índices de valor social são expressão da presença da ação dialógica na contradição viva do uso do punhal. São eles os sinais visíveis da valoração/avaliação social. De acordo com Acosta Pereira e Rohling (2020):

O horizonte valorativo dos grupos socialmente organizados de determinada época integra-se ao signo, ou seja, agrega-se ao signo um ponto de vista, uma posição axiológica/avaliativa. Sendo, pois também uma posição axiológica/avaliativa, o signo não só reflete uma realidade, mas também refrata uma outra (ACOSTA PEREIRA; ROHLING, 2020, p. 6).

Se o objeto, como signo, reflete e refrata a orientação axiológica socialmente produzida para tal objeto, o seu uso entrará na contraposição e no confronto da identidade e alteridade dos usuários. Nesse caso, o punhal como arma doméstica e pública pode ser pensado na constituição refratada da identidade do herói. No uso do punhal, Martinha tem, axiologicamente, os atributos identitários da independência e da assertividade na relação com a figura masculina do impostor. E Lucrecia, por seu lado, manifesta, na relação com o impostor, os atributos da dependência e da não-assertividade.

Martinha, ao poupar a sua vida, não poupando a vida do impostor, é heterogeneidade, ou alteridade, que constitui, por negação, a identidade de Lucrecia: Lucrecia não poupa a sua vida, poupando a vida do impostor. Por sua vez, Lucrecia, não poupando a sua vida, ainda que poupando a vida do impostor, é heterogeneidade, ou alteridade, que constitui, por negação, a identidade de Martinha: Martinha poupa a sua vida, não poupando a vida do impostor. O punhal como signo é índice de valor social contraditório que determina a identidade contraditória do herói, quando a identidade, por negação, é força de alteridade a operar na identidade do herói. Tais constatações possibilitam a visão do punhal como rastro, ou seja, como uma constituição metonímica que orienta o olhar para o debate proposto pelo autor-criador de Machado de Assis.

O autor-criador de Machado de Assis: o debate ideológico

Todo enunciado, ou texto, participa de um ato social que se constitui como valoração/avaliação social que indica o tratamento refratado ou ideológico de seu objeto, de seu conteúdo e de sua forma: esse enunciado é índice de refração do autor-criador. Nessa refração do autor-criador é possível ver a diferença ideológica entre os conteúdos axiológicos do lembrar para esquecer e do lembrar para não esquecer o que confere à memória uma ação dialógica.

Nessa ação dialógica, que pressupõe a contraposição e o confronto que fazem alojar no corpo do signo a divisão ideológica que marca a dominação refratada das relações homem/mulher, é que se instaura o debate ideológico.

Na relação de Lucrecia com Sexto Tarquínio, a posição axiológica de superioridade do homem em relação à inferioridade da mulher induz essa mulher à prática socioideológica do suicídio, uma vez que essa prática acontece como manifestação das relações de dominação ideológica, pois a morte de Lucrecia é expressão de sua fragilidade no interior de tais relações. Do ponto de vista das forças centrípetas, esse é o lugar esperado para a mulher, em resposta ao lugar dominante esperado para o homem. São essas as verdades que se reproduzem socialmente como cicatrizes que indicam esse

espaço centralizador da dominação ideológica a ser perpetuada. Por isso, essas cicatrizes não podem ser esquecidas: precisam ser reprodutoramente lembradas. Nesse caso, as práticas da memória são socialmente refratadas pelo viés da conservação. Nessa orientação, o punhal é apenas a metonímia da fidelidade à tradição social.

Já na relação de Martinha com João da Limeira, em contraponto com a relação de Lucrecia com Sexto Tarquínio, o que se observa é a refração da posição contrastiva de Martinha: aqui, a mulher, no interior das relações ideológicas, ocupa um lugar inesperado para a mulher, a de se opor refratariamente à posição ideológica esperada para o homem. É o que explica o ato socioideológico do homicídio praticado. Por isso, do ponto de vista das forças centrípetas, o crime praticado por Martinha deve ocupar o lugar do obscurantismo e o punhal, nesse caso, seria corroído pela ferrugem do esquecimento. Mas, em oposição a essas forças de centralização, o que temos é a reabilitação do caso policial em resto, ou seja, em produto ideológico digno de ser lembrado para não ser esquecido, como manifestação ideológica da memória das forças centrífugas.

Enfim, esse debate ideológico acaba por introduzir no corpo do signo a contraposição e o confronto das vozes sociais que, de modo refratado, se debatem na gestação das relações dialógicas.

A refração ideológica do autor-criador

Se o autor-criador não deixa de colocar em debate as refrações ideologizadas que penetram as vozes sociais dos heróis da narrativa, tal realização é já expressão ideológica que axiologicamente orienta a sua refração. Outra seria a sua orientação ideológica se ele excluísse do debate as vozes sociais que refratam ideologicamente a defesa da posição social das forças centrípetas com o seu poder de centralizar a dominação ideológica a partir de uma única voz monologizante. Mas, ele desdobra, com o seu texto-enunciado, o movimento dialógico de sua voz social axiologicamente orientada.

Nessa orientação refratada ideologicamente, o autor-criador, ao abrir a temporalidade da cidade de Cachoeira à temporalidade da cidade

de Roma, defende a superioridade do punhal de Martinha. Isso porque, dialogicamente, a heroína da cidade baiana, com o uso axiológico do punhal, põe em movimento a ação das vozes sociais que, na valoração/avaliação social, postulam a independência e a assertividade da mulher nas relações refratadas com a figura masculina do impostor. Tal orientação dialógica faz a narrativa de Martinha se constituir como uma peça histórica a ser lembrada como força de resistência dialógica ao destino social, parcial ou injusto, do obscurantismo e do esquecimento que lhe é reservado, como resto, pelas forças centralizadoras da dominação social.

Por outro lado, se o punhal de Lucrecia existe como lenda, ou cicatriz, na qualidade de verdades petrificadas ou coaguladas, inventadas pela história, ou pelos mecanismos de produção, divulgação e recepção, a serviço da dominação social, o punhal de Martinha dialogicamente existiu. Desse modo, ele integra, jornalisticamente, um acontecimento que manifesta a realização das ideologias do cotidiano quando o debate dialógico das refrações humanas acontece na espontaneidade do interior da vida vivida. Por isso, Martinha não pode ser esquecida. Desse modo, ela passa a ser lembrada como título da crônica que registra os conflitos ideológicos abertos da história, trazendo a vida cotidiana para a reflexão e a refração dos espaços ordenados, ou organizados, da literatura como construção ideológica que, desse modo, atuaria em regime de interdependência, com as ideologias espontâneas do cotidiano.

É na vida vivida desse cotidiano, que se debatem, dialogicamente, as palavras da retórica dos historiadores para registrar o acontecimento do punhal de Lucrecia e as palavras nada solenes, destituídas da eloquência retórica, embora criadoras, que acompanham a narrativa do punhal de Martinha. Aqui, o que se manifesta, como realização da criatividade, alimentada pela independência e assertividade da heroína, e localizada no uso da linguagem, é a força dialógica da tensão entre “furar” e “matar”. Nessa tensão, Martinha, criando, ou não, um modo de dizer próprio, faz opção axiológica pela figura do eufemismo: “Não se aproxime que eu lhe furo.” É aqui, nesse enunciado que se encontra em debate dialógico a voz de Martinha e a presença abusiva de João da Limeira, vivo na referência do pronome “lhe”

A palmatória dos gramáticos pode punir essa expressão; não importa, o eu lhe furo traz um valor natal e popular, que vale por todas as belas frases de Lucrecia. E depois que tocante eufemismo! Furar por matar; não sei se Martinha inventou essa aplicação; mas, fosse ela ou outra a autora, é um achado do povo, que não manuseia tratados de retórica, e sabe às vezes mais que os retóricos de ofício (ASSIS, 1973, p. 616).

Além da força criadora presente no eufemismo, é preciso considerar o motivo que justificaria, axiologicamente, a palmatória dos gramáticos a ser aplicada em Martinha pelo uso incorreto ideologicamente de “eu lhe furo”. A autoria desse dizer popular usa, recriando, axiologicamente, o sistema abstrato da língua – tratado pelo espírito conservador da normatividade ideológica dos gramáticos – o pronome “lhe” como ocorrência sintática de segunda pessoa gramatical, quando a norma dos gramáticos reserva para tal pronome, a posição sintática de terceira pessoa. Em tal pessoa, esse pronome seria um índice gramatical de objeto indireto, usado, contraditoriamente, no “eu lhe furo” como objeto direto, ocorrência sintática adequada para “furar” como verbo transitivo direto à luz da sabedoria gramatical estabelecida. Não é esse uso, que evidencia a recriação de fatos gramaticais associados à sintaxe normativa da língua, o motivo da palmatória axiológica dos gramáticos? E não é esse um indicador evidente do uso discursivo, refratado, do sistema da língua pelas vozes sociais das camadas populares às voltas com o debate ideológico que atravessa a constituição da língua e da linguagem e seus usos sociais?

Essas refrações do autor-criador, por trazerem à luz algo que ele pretende revelar, trazem à tona algo que elas, as forças centrípetas, no exercício da centralização para a dominação social, pretendem velar, ou esconder. Com isso, a narrativa dos punhais constitui-se como prática de memória atravessada pelo debate dialógico da lembrança com o esquecimento.

Conclusão

A orientação geral deste texto localiza-se numa análise semiótica que pretende considerar a relação sociedade/memória, advogando a defesa de que os grupos dominantes da vida social, as forças centrípetas,

operam pela produção axiológica do esquecimento dos fatos sociais, os restos – construções sociais a serem desprivilegiadas semioticamente – em proveito da lembrança destes outros fatos sociais, ou seja, as cicatrizes, construções sociais a serem privilegiadas no jogo semiótico, de valoração/ avaliação social, da dominação das forças centralizadoras. Isso, contudo, não significa postular para o esquecimento o lugar ideológico de inércia, mas o lugar contraideológico de articulação social das forças centrífugas, ou de descentralização, que retiram os restos de seu lugar refratado socialmente como esquecimento, garantindo-lhes, com a lembrança, a sua festa de ressurreição, ou reabilitação. Desse modo, trazer o esquecimento para os espaços da lembrança, colocando-o em debate com as lembranças estabelecidas pela vida social, é estratégia de construir, ou reconstruir, os sentidos da História como espaço constitutivo da crônica literária. Essa é a experiência que define “O Punhal de Martinha”.

Referências

ACOSTA PEREIRA, Rodrigo; ROHLING, Nívea. Ideologia e valoração/ avaliação social: Revisitando conceitos na perspectiva dialógica. **Caminhos em Linguística Aplicada**, Taubaté, SP, v. 23, n. 2, p. 15-35, 2020.

ALVES, Rubem. **Rubem Alves essencial**; 300 pílulas de sabedoria. São Paulo: Planeta, 2015. p. 137.

ANDRADE, Carlos Drummond de. Arte em exposição. In: **Farewell**. Rio de Janeiro: Record, 1996. p. 35.

ANDRADE, Carlos Drummond de. Coleção de cacós. In: **Notícias do clã**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1988. p. 734-735 (Nova Reunião: 19 livros de poesia).

ANDRADE, Carlos Drummond de. O fim das coisas. In: **Boitempo**. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguillar, 1988. p. 701-702. (Poesia e Prosa. Volume Único.)

ASSIS, Machado de. **O Punhal de Martinha**. Rio de Janeiro: Editora José Aguillar, 1973. p. 615-616. (Obra completa – Volume III)

BAKHTIN, Mikhail. A forma espacial da personagem. In: **Estética da criação verbal**. Prefácio à edição francesa Tzvetan Todorov; introdução e tradução Paulo Bezerra. 5 ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010. p. 21-126.

BAKHTIN, Mikhail. A estilística contemporânea e o romance. In: **Questões de literatura e estética**. 2 ed. São Paulo: Unesp/Hucitec, 1990. p. 72-84.

CAMPOS, Edson Nascimento; TIMÓTEO, Herbert de Oliveira; DINIZ FILHO, Mariano Alves. A linguagem amorosa do dialogismo bakhtiniano na constituição da prática pedagógica. In: CAMPOS, Edson Nascimento; TIMÓTEO, Herbert de Oliveira; DINIZ FILHO, Mariano Alves. **Ensaio de Dialogismo**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2020. p. 57 – 74.

FARACO, Carlos Alberto. **Linguagem & diálogo**: as ideias linguísticas do círculo de Bakhtin. São Paulo: Parábola Editorial, 2009. 168p.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. Apagar os rastros, recolher os restos. In: SEDLMAYER, Sabrina; GINZBURG, Jaime (org). **Walter Benjamin**: rastro, aura e história. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2012. p. 27-38.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Lembrar escrever esquecer**. 2 ed. São Paulo: Ed. 34, 2009. 224 p.

GONTIJO, Elizabeth. Restos. In: **A beleza dos restos**. Belo Horizonte: J&M, 2011. p. 19.

WITTE, Bernd; ROUANET, Sérgio Paulo. Por que o moderno envelhece tão rápido? Concepção da modernidade em Walter Benjamin. São Paulo: **Revista USP**, n. 15, 1992. p. 102-117.

Anexo I

O Punhal de Martinha

QUEREIS VER o que são destinos? Escutai. Ultrajada por Sexto Tarquínio, uma noite, Lucrecia resolve não sobreviver à desonra, mas primeiro denuncia ao marido e ao pai a aleivosia daquele hóspede, e pedelhes que a vinguem. Eles juram vingá-la, e procuram tirá-la da aflição dizendo-lhe que só a alma é culpada, não o corpo, e que não há crime onde não houve aquiescência. A honesta moça fecha os ouvidos à consolação e ao raciocínio, e, sacando o punhal que trazia escondido, embebe-o no peito e morre. Esse punhal podia ter ficado no peito da heroína, sem que ninguém mais soubesse dele; mas, arrancado por Bruto, serviu de lábaro à revolução que fez baquear a realeza e passou o governo à aristocracia romana. Tanto bastou para que Tito Lívio lhe desse um lugar de honra na história, entre enérgicos discursos de vingança. O punhal ficou sendo clássico. Pelo duplo caráter de arma doméstica e pública, serve tanto a exaltar a virtude conjugal, como a dar força e luz à eloquência política.

Bem sei que Roma não é a Cachoeira, nem as gazetas dessa cidade baiana podem competir com historiadores de gênio. Mas é isso mesmo que deploro. Essa parcialidade dos tempos, que só recolhem, conservam e transmitem as ações encomendadas nos bons livros, é que me entristece, para não dizer que me indigna. Cachoeira não é Roma, mas o punhal de Lucrecia, por mais digno que seja dos encômios do mundo, não ocupa tanto lugar na história, que não fique um canto para o punhal de Martinha. Entretanto, vereis que esta pobre arma vai ser consumida pela ferrugem da obscuridade.

Martinha não é certamente Lucrecia. Parece-me até, se bem entendo uma expressão do jornal A Ordem, que é exatamente o contrário. “Martinha (diz ele) é uma rapariga franzina, moderna ainda, e muito conhecida nesta cidade, de onde é natural”. Se é moça, se é natural da Cachoeira, onde é muito conhecida, que quer dizer moderna? Naturalmente quer dizer que faz parte da última leva de Citera. Esta condição, em vez de prejudicar o paralelo dos punhais, dá-lhe maior realce, como ides ver. Por outro lado, convém notar que, se há contrastes das pessoas, há uma coincidência de

lugar: Martinha mora na Rua do Pagão, nome que faz lembrar a religião da esposa de Colatino. As circunstâncias dos dous atos são diversas. Martinha não deu hospedagem a nenhum moço de sangue régio ou de outra qualidade. Andava a passeio, à noite, um domingo do mês passado. O Sexto Tarquínio da localidade, cristãmente chamado João, com o sobrenome de Limeira, agrediu e insultou a moça, irritado naturalmente com os seus desdêns. Martinha recolheu-se à casa. Nova agressão, à porta. Martinha, indignada, mas ainda prudente, disse ao importuno: “Não se aproxime, que eu lhe furo”. João Limeira aproximou-se, ela deu-lhe uma punhalada, que o matou instantaneamente.

Talvez esperásseis que ela se matasse a si própria. Esperaríeis o impossível, e mostraríeis que me não entendesses. A diferença das duas ações é justamente a que vai do suicídio ao homicídio. A romana confia a vingança ao marido e ao pai. A cachoeirense vinga-se por si própria, e, notai bem, vinga-se de uma simples intenção. As pessoas são desiguais, mas força é dizer que a ação da primeira não é mais corajosa que a da segunda, sendo que esta cede a tal ou qual subtileza de motivos, natural deste século complicado.

Isto posto, em que é que o punhal de Martinha é inferior ao de Lucrecia? Nem é inferior, mas até certo ponto é superior. Martinha não profere uma frase de Tito Lívio, não vai a João de Barros, alcunhado o Tito Lívio português, nem ao nosso João Francisco Lisboa, grande escritor de igual valia. Não quer sanefas literárias, não ensaia atitudes de tragédia, não faz daqueles gestos oratórias que a história antiga põe nos seus personagens. Não; ela diz simplesmente e incorretamente: “Não se aproxime que eu lhe furo”. A palmatória dos gramáticos pode punir essa expressão; não importa, o eu lhe furo traz um valor natal e popular, que vale por todas as belas frases de Lucrecia. E depois, que tocante eufemismo! Furar por matar; não sei se Martinha inventou esta aplicação; mas, fosse ela ou outra a autora, é um achado do povo, que não manuseia tratados de retórica, e sabe às vezes mais que os retóricos de ofício.

Com tudo isso, arrojo de ação, defesa própria, simplicidade de palavra, Martinha não verá o seu punhal no mesmo feixe de armas que os tempos resguardam da ferrugem. O punhal de Carlota Corday, o de Ravailac, o de Booth, todos esses e ainda outros farão cortejo ao punhal de Lucrecia, luzidos e prontos para a tribuna, para a dissertação, para a

palestra. O de Martinha irá rio abaixo do esquecimento. Tais são as cousas deste mundo! Tal é a desigualdade dos destinos!

Se, ao menos, o punhal de Lucrecia tivesse existido, vá; mas tal alma, nem tal ação, nem tal injúria, existiram jamais, é tudo uma pura lenda, que a história meteu nos seus livros. A mentira usurpa assim a coroa da verdade, e o punhal de Martinha, que existiu e existe, não logrará ocupar um lugarzinho ao pé de Lucrecia, pura ficção. Não quero mal às ficções, amo-as, acredito nelas, acho-as preferíveis às realidades; nem por isso deixo de filosofar sobre o destino das cousas tangíveis em comparação com as imaginárias. Grande sabedoria é inventar um pássaro sem asas, descrevê-lo, fazê-lo ver a todos, e acabar acreditando que não há pássaros com asas... Mas não falemos mais em Martinha.